



FENAPEF

FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS



M & G

CONSULTORIA
POLÍTICA

AGENDA SEMANAL

16 a 20 de junho
2025

Cenário Político

A semana política em Brasília será mais curta, com as atividades concentradas até quarta-feira devido ao feriado de Corpus Christi, mas a agenda prevê fortes emoções. O principal foco de tensão está na Câmara dos Deputados, onde pode ser votada a urgência do projeto para sustar o decreto do IOF. A votação é vista como o capítulo mais recente da queda de braço entre o presidente da Casa, Hugo Motta, e o governo sobre a política fiscal e o aumento de impostos.

Outro ponto de atenção no Legislativo será a sessão do Congresso Nacional para análise de vetos presidenciais. A ocasião pode ser utilizada para a leitura do requerimento que pede a criação da CPMI do INSS, um tema considerado sensível e com potencial para gerar um novo

foco de desgaste para o Palácio do Planalto, investigando possíveis irregularidades em benefícios. Paralelamente a essas disputas políticas, o mercado financeiro estará atento à reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central. A decisão sobre a taxa básica de juros (Selic) é o evento econômico mais aguardado da semana, com impacto direto no controle da inflação, no crédito e nos investimentos no país.



Motta Muda de Postura

O presidente da Câmara, Hugo Motta, abandonou o estilo "paz e amor" do início de seu mandato e adotou uma postura de confronto direto com o governo Lula e o Supremo Tribunal Federal (STF). A mudança é uma resposta à crescente pressão de deputados e, principalmente, à sua dificuldade em liderar a Casa sem o controle sobre a distribuição de emendas parlamentares, principal ferramenta de poder de seu antecessor, Arthur Lira.

Contra o governo, a principal ação foi pautar a urgência para derrubar o decreto do IOF, revertendo um acordo que ele mesmo havia endossado dias antes com o ministro Fernando Haddad. A atitude gerou decepção no Planalto, onde Motta passou a ser visto por ministros como um líder que não cumpre os acertos firmados, ao contrário de Lira.

Em relação ao STF, Motta também recuou de uma posição anterior e decidiu que a perda do mandato da deputada Carla Zambelli será votada pelo plenário, em vez de ser apenas uma execução administrativa da decisão da Corte. O gesto é visto como uma reafirmação das prerrogativas da Câmara diante do que muitos parlamentares consideram um ativismo do Judiciário.

Fontes no Congresso apontam que a raiz da mudança de Motta é a paralisia na liberação das emendas orçamentárias. Sem esses recursos para negociar apoio, ele se viu forçado a adotar uma linha mais dura para manter sua base política coesa e responder às críticas internas de que seria fraco e excessivamente complacente com os outros Poderes.



Perspectiva semanal

Avaliação Semanal do Governo

POLÍTICA



Em um claro sinal de insatisfação com o governo, a Câmara dos Deputados pautou para esta segunda-feira (16) a votação do requerimento de urgência para o projeto que susta o decreto sobre o aumento do IOF. A articulação para acelerar a votação é um reflexo direto da forte pressão no Congresso, motivada pelo atraso na liberação de emendas parlamentares, e representa o principal ponto de tensão na queda de braço entre o Legislativo e o Executivo pela condução da política fiscal.

ECONOMIA



Embora a média nacional da produção industrial tenha registrado uma leve alta de 0,1% em abril, o resultado foi marcado por uma queda disseminada entre as regiões, com nove dos 15 locais pesquisados pelo IBGE apresentando retração. As perdas mais significativas ocorreram no Ceará (-3,9%) e no Espírito Santo (-3,5%), indicando que a estabilidade do índice geral não reflete a realidade da maioria dos parques industriais do país.

SOCIAL



O endividamento e a inadimplência das famílias brasileiras voltaram a crescer em maio pelo segundo mês consecutivo.

Apesar da alta mensal, o indicador ainda apresenta uma leve melhora no comparativo anual. Em maio de 2024, o percentual de famílias endividadas era de 78,8%, o que significa que o patamar atual representa uma queda de 0,6 ponto percentual ao longo dos últimos 12 meses.

Congresso Nacional Votará Vetos

Congresso tem sessão decisiva para votar vetos e destravar pauta da CPMI do INSS

Em meio a um clima de alta tensão com o governo, o Congresso Nacional realiza nesta terça-feira (17) uma sessão conjunta decisiva, a primeira em mais de um ano, para deliberar sobre uma extensa pauta.

Os principais pontos são a análise de dezenas de vetos presidenciais que travam a agenda e a aguardada leitura do requerimento para a instalação da CPMI para investigar fraudes no INSS.

A instalação da CPMI do INSS é o ponto de maior sensibilidade política. De autoria da oposição, a comissão tem o potencial de gerar grande desgaste para o governo, que se mostra dividido sobre o tema. A leitura do requerimento na sessão conjunta é o passo formal que faltava para a sua criação.

Na pauta dos vetos, há embates cruciais para o governo, como a análise do veto que mantém a possibilidade de bloqueio de emendas parlamentares – centro da atual crise com o Legislativo – e o que impede o aumento automático do Fundo Partidário. Vetos de grande apelo social, como o que trata da pensão para vítimas do Zika vírus, também serão votados, com acordo para derrubada.

Além disso, os parlamentares devem analisar um projeto que altera as regras de transparência das emendas parlamentares, em resposta a decisões do STF, e as diretrizes para a Lei Orçamentária de 2025.

PSDB e PODEMOS Descartam Fusão

Apenas uma semana após o PSDB aprovar em convenção a sua fusão com o Podemos, os dois partidos anunciaram o fim das negociações e descartaram a união. O motivo do recuo foi uma disputa de poder pelo comando nacional da nova legenda, que não pôde ser superada.

O impasse ocorreu porque o Podemos reivindicou a presidência do novo partido pelos próximos quatro anos, proposta que foi negada pelo PSDB. Os tucanos ofereceram um sistema de rodízio no comando, que por sua vez foi rejeitado pelo Podemos, levando ao encerramento das tratativas.

Com o fracasso da fusão, a nova estratégia do PSDB para garantir sua sobrevivência política e superar a cláusula de desempenho é buscar uma federação. Diferente da fusão, uma federação é uma aliança menos permanente que permite aos partidos manterem suas estruturas de comando autônomas. Os tucanos agora miram uma aliança neste formato com legendas como MDB, Republicanos e até o próprio Podemos.

Mudanças na Câmara

A troca de sete deputados federais na Câmara, determinada por uma polêmica decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o recálculo dos votos de 2022, entra em sua fase final. Com o início desta semana, cinco dos novos parlamentares já foram diplomados pelos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) na semana passada e devem tomar posse em breve.

A agenda prevê a diplomação de Tiago Dimas, do Tocantins, marcada para esta terça-feira (17). O último a ser oficializado será Rodrigo Rollemberg, do Distrito Federal, cuja data de diplomação ainda será definida, mas deve ocorrer nos próximos dias, concluindo assim o processo de substituição.

A mudança é resultado da decisão do STF de invalidar uma regra do Código Eleitoral sobre a distribuição das "sobras eleitorais", aplicando o novo entendimento retroativamente. A medida, que foi alvo de um recurso do presidente da Câmara, Hugo Motta, alegando insegurança jurídica, foi mantida pela Corte e agora está sendo implementada pelos tribunais eleitorais em todo o país.

Trocas

Deixa

Assume



Silvia Waiãpi (PL-AP)



Paulo Lemos (PSOL-AP)



Sonize Barbosa (PL-AP)



André Abdon (PP-AP)



Professora Goreth (PDT-AP)



Aline Gurgel (REP-AP)



Augusto Puppio (MDB-AP)



Professora Marcivanía (PCdoB-AP)



Lázaro Botelho (PP-TO)



Tiago Dimas (PODE-TO)



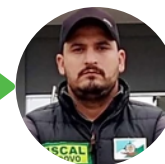
Gilvan Máximo (REP-DF)



Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)



Lebrão (União-RO)



Rafael Fera (PODE-RO)

Kassab acena com apoio do PSD a Tarcísio em 2026

O presidente nacional do PSD, Gilberto Kassab, tem reforçado publicamente o apoio do partido a uma eventual candidatura do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), à Presidência em 2026. A aliança será destacada em propagandas de TV que começam a ser exibidas nesta semana em São Paulo, ligando a imagem do governador ao PSD.

No entanto, este movimento de Kassab colide diretamente com o DNA flexível e a estrutura de poder do partido. O sucesso do PSD se baseia na autonomia de seus diretórios estaduais e na ausência de um alinhamento ideológico rígido, o que permite à sigla abrigar tanto ministros do governo Lula quanto importantes aliados da oposição.

A declaração de apoio a um nome de centro-direita enfrenta forte resistência de uma poderosa ala lulista dentro do partido, comandada por ministros como Alexandre Silveira e Carlos Fávaro, e senadores como Otto Alencar e Omar Aziz. Além disso, o próprio PSD possui presidenciáveis em suas fileiras, como os governadores Ratinho Júnior (PR) e Eduardo Leite (RS), tornando o apoio a um nome de fora uma articulação complexa e ainda incerta.

Notícias da Semana



Partidos brasileiros passam por maior transformação desde o fim da ditadura

FOLHA DE S. PAULO
★ ★ ★



Senado deve votar projeto que aumenta número de deputados federais no país

veja



Câmara tem semana intensa de trabalhos antes de quinzena esvaziada

veja



PSDB e Podemos desistem de fusão após falta de acordo pelo comando do novo partido

O GLOBO



Representantes do Senado têm “aulas” sobre orçamento antes de audiência sobre emendas com Flávio Dino

O GLOBO



Alcolumbre deve criar CPMI do INSS nesta terça (17)

CNN



Sessão Deliberativa Conjunta

Terça-feira (17) - 12h

Veto Parcial N° 14 - Veta a Acumulação de Cargos por Polícias da União

Veto N° 14 - eto parcial aposto ao Projeto de Lei n° 1.213, de 2024, que "Cria as carreiras de Especialista em Indigenismo, de Técnico em Indigenismo e de Tecnologia da Informação; cria o Plano Especial de Cargos da Funai (PEC Funai) e o quadro suplementar da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai); define o órgão supervisor e altera a remuneração do cargo de Analista-Técnico de Políticas Sociais; altera a remuneração das carreiras e do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Mineração (PEC-ANM); altera a remuneração dos cargos das carreiras de Policial Federal e de Policial Rodoviário Federal; cria a Polícia Penal Federal e a carreira de Policial Penal Federal; altera a remuneração dos cargos de Especialista Federal em Assistência à Execução Penal e de Técnico Federal de Apoio à Execução Penal; altera as Leis n°s 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, 12.702, de 7 de agosto de 2012, 12.094, de 19 de novembro de 2009, 11.046, de 27 de dezembro de 2004, 10.871, de 20 de maio de 2004, 13.575, de 26 de dezembro de 2017, 14.204, de 16 de setembro de 2021, 14.600, de 19 de junho de 2023, 10.887, de 18 de junho de 2004, 11.358, de 19 de outubro de 2006, 9.654, de 2 de junho de 1998, 8.691, de 28 de julho de 1993, 12.277, de 30 de junho de 2010, e 11.356, de 19 de outubro de 2006; e revoga a Lei n° 10.693, de 25 de junho de 2003, e a Medida Provisória n° 1.203, de 29 de dezembro de 2023, e dispositivos das Leis n°s 8.460, de 17 de setembro de 1992, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.538, de 8 de novembro de 2007, 12.775, de 28 de dezembro de 2012, 13.324, de 29 de julho de 2016, 13.327, de 29 de julho de 2016, 13.371, de 14 de dezembro de 2016, e 14.673, de 14 de setembro de 2023".

Veto Parcial N° 41 - Novo Regime Disciplinar da Polícia Federal e Civil do DF

Veto N° 41 - eto parcial aposto ao Projeto de Lei n° 1.213, de 2024, que "Cria as carreiras de Especialista em Indigenismo, de Técnico em Indigenismo e de Tecnologia da Informação; cria o Plano Especial de Cargos da Funai (PEC Funai) e o quadro suplementar da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai); define o órgão supervisor e altera a remuneração do cargo de Analista-Técnico de Políticas Sociais; altera a re094, de 19 de novembro de 2009, 11.046, de 27 de dezemb9 de outubro de 2006; e revos das Leis n°s 8.460, de 17 de setembro de 1992, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.538, de 8 de novembro de 2007, 12.775, de 28 de dezembro de 2012, 13.324, de 29 de julho de 2016, 13.327, de 29 de julho de 2016, 13.371, de 14 de dezembro de 2016, e 14.673, de 14 de setembro de 2023".



Sessão Deliberativa Extraordinária

Terça-feira (17) - 16h

PLP 177/2023 - Aumenta Número de Cadeiras na Câmara

PLP 177/2023 - deputada Dani Cunha (UNIÃO-RJ) - Fixa o número de Deputados Federais; estabelece normas para a distribuição das vagas da Câmara dos Deputados entre os Estados e o Distrito Federal; e revoga a Lei Complementar nº 78, de 30 de dezembro de 1993.

Relator: pendente de relator.



Sem Matérias de Interesse nas Comissões

Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial

Terça-feira (10) - 13h55

Requer Urgência ao PDL 314/2025 que Susta a Portaria de Aumento do IOF

REQ SN - Líderes - requer, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, regime de urgência para apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2025, do Sr. Zucco, que susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, os efeitos do Decreto nº 12.499, de 11 de junho de 2025

Comissão de Segurança Pública... (CSPCCO)

Terça-feira (17) - 14h - Local : Anexo II, Plenário 06

REQ 182/2025 CSPCCO - Requer a realização de audiência pública na CSPCCO para discutir o papel da Guarda Portuária, frente ao PL nº 733/2025 e à PEC da Segurança Pública.

Comissão de Constituição e Justiça... (CCJC)

Terça-feira (17) - 10h - Local : Anexo II, Plenário 01

PEC 305/2013 - Propõe Extinguir a Contribuição Sindical Compulsória

PEC 305/2013 – ex-deputado Augusto Carvalho (SOLIDA-DF) - Dá nova redação ao inciso IV, do art. 8º, e ao caput do art. 149, ambos da Constituição Federal, para extinguir a previsão da contribuição sindical compulsória.

Relator: deputado Felipe Francischini (UNIÃO-PR)

Parecer: pela admissibilidade desta e das matérias apensadas

GT da Reforma Administrativa

Terça-feira (17) - 15h - Local : Anexo II, Plenário 07

Tema: Reforma Administrativa: Entidades Representativas de Servidores Públicos.

Convidados:

- JOÃO BATISTA DINIZ JÚNIOR - Central Brasileira do Setor de Serviços (CEBRASSE);
- JOSÉ ROBERTO TADROS - Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC);
- VANDER FRANCISCO COSTA - Confederação Nacional do Transportes (CNT);
- RICARDO ALVAREZ ALBAN - Confederação Nacional da Indústria (CNI);
- JOÃO MARTINS DA SILVA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA);
- RODRIGO MAIA - Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF);
- JUAN CARLOS ARRUDA - Ranking dos Políticos.

GT da Reforma Administrativa

Terça-feira (17) - 09h30 - Local : Anexo II, Plenário 02

Tema: Reforma Administrativa: Entidades Representativas de Servidores Públicos.

Convidados:

- **FLÁVIO WERNECK** - Seccional da Central dos Sindicatos Brasileiros.
- **ALISON SOUZA** - Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do TCU;
- **LUCENA PACHECO MARTINS** - Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e do MPU;
- **EDUARDO MENDONÇA COUTO** - Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário nos Estados;
- **JOSÉ RODRIGUES COSTA NETO** - Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do MPU do DF;
- **DÃO REAL PEREIRA DOS SANTOS** - Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal;
- **ELIZABETH HERNANDEZ** - Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental;
- **VALDIRLEI CASTAGNA** - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Saúde;
- **JOÃO DOMINGOS** - Confederação dos Servidores Públicos do Brasil;
- **GUSTAVO SEFERIAN SCHEFFER MACHADO** - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior;
- **GIANCARLO CORRÊA MIRANDA** - Confederação para Representação Área de Segurança;
- **THAISSE CRAVEIRO DE SOUZA OLIVEIRA** - Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas;
- **RODRIGO KEIDAL SPADA** - Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais;
- **FRANCELINO DAS CHAGAS VALENÇA JÚNIOR** - Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital;
- **RUDINEI MARQUES** - Fórum Permanente de Carreiras Típicas de Estado;
- **THALES FREITAS** - Sindicato Nacional dos Analistas da Receita Federal;

Comissão de Administração e Serviço... (CASP)

Terça-feira (17) - 14h - Local : Anexo II, Plenário 08

PL 2591/2023 – Regulamenta Consignado para Servidores Públicos

PL 2591/2023 - deputada Mária do Rosário (PT-RS) - Altera o parágrafo único e seus incisos, do Art. 2º da Lei 14.509 de 27 de dezembro de 2022 que “Dispõe sobre o percentual máximo aplicado para a contratação de operações de crédito com desconto automático em folha de pagamento; altera a Lei nº 14.431, de 3 de agosto de 2022; revoga dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; e dá outras providências” para tornar facultativa a reserva de 5% na remuneração do servidor público federal para o pagamento de empréstimos consignados relativos aos cartões de crédito e cartão consignado de benefício.

Relator: deputado Reimont (PT-RJ)

Parecer: pela aprovação deste e da emenda 2/2023 da CASP na forma do substitutivo e pela rejeição das demais e do apensado



FENAPEF

**FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS**



M & G
CONSULTORIA
POLÍTICA



moreiraegregorio.com.br



[linkedin.com/moreiraegregorio](https://www.linkedin.com/moreiraegregorio)



(61) 98126-3938



moreiraegregorio@gmail.com



SHIS QI 07, Conjunto 10, Casa 01,
Lago Sul - Brasília, Distrito Federal -
CEP: 71.615-300

*Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais.
Desenvolvido por Moreira&Gregório Consultoria Política. Direitos reservados.*